



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ-UNIFAP**  
**CURSO: CIÊNCIAS SOCIAIS**

**O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO AMBÉ: HISTÓRIA E  
FESTA DE SÃO ROQUE**

**Macapá**  
**2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
CURSO: CIÊNCIAS SOCIAIS**

**JACINETE BORGES DE LIMA  
RENÊ FRANCISCO FONSECA LOPES**

## **O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO AMBÉ: HISTÓRIA E FESTA DE SÃO ROQUE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá UNIFAP, como requisito para a obtenção do grau de Bacharelado e Licenciatura plena em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Doutoranda Maria do Socorro dos Santos Oliveira.

**Macapá  
2010**

**JACINETE BORGES DE LIMA 200525020**  
**RENÊ FRANCISCO FONSECA LOPES 200625013**

## **O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO AMBÉ: HISTÓRIA E FESTA DE SÃO ROQUE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Curso de Ciências Sociais da  
Universidade Federal do Amapá, como requisito  
parcial para obtenção do título de Bacharel e  
Licenciado em Ciências Sociais.

Aprovado em:

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Doutoranda – Maria do Socorro dos Santos Oliveira  
Orientadora – UNIFAP

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Ed Carlos Guimarães  
Avaliador – UNIFAP

---

Prof<sup>a</sup>. Msc. Iraci de Carvalho Barroso  
Avaliador – UNIFAP

Macapá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2010

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos primeiramente a Deus, o criador da vida, e a todos os nossos familiares. Aos nossos colegas de curso, por estarem junto nos momentos de cansaço e dificuldade, pois sozinhos não somos nada.

Agradecemos a todos os professores que com responsabilidade e dedicação proporcionaram o nascimento de profissionais e o crescimento de cidadãos conscientes para com o nosso país.

A professora Orientadora pela dedicação em suas orientações de conhecimentos prestados na elaboração deste trabalho e por ter nos dado oportunidade de conhecer outros locais e incentivado a pesquisa.

Agradecemos a todos os moradores da comunidade Ambé que sempre nos receberam com cordialidade em suas casas para longas conversas que foram de suma importância para a concretização de nosso trabalho. Enfim agradecemos a todos que indireta e diretamente contribuíram para a concretização desse sonho, nosso muito obrigado.

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma abordagem da história, e da festa de São Roque da comunidade quilombola Ambé, localizada no Vale do Rio Pedreira no município de Macapá a aproximadamente 75 km da capital. Nele faremos um breve histórico da comunidade para compreendermos como se deu a formação da vila, quem foram os primeiros moradores a se estabelecerem nessa área. Demonstramos como era o modo de vida desses residentes, como produziam seus meios de subsistência, de como era o relacionamento com o lugar onde vivem. Descreveremos os rituais da festa organizada em comemoração a São Roque o santo padroeiro da comunidade. O Ambé desenvolveu ao longo da história um modo de vida específico que nós elucidamos uma pequena parte dessa história que a comunidade construiu e está construindo.

Para realizarmos essas análises sobre a comunidade primeiramente fizemos uma discussão teórica sobre cultura, território e quilombo analisando conceitos que fazem necessários na compreensão do trabalho em discussão. E também fizemos uma análise histórica de como se deu a ocupação negra nessa região do Amapá. Os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho foram desenvolvidos mediante pesquisa de campo, pesquisa documental, bibliográfica e através de depoimentos de informantes, onde se buscou historicizar o processo de ocupação das terras da comunidade.

Conforme a análise desenvolvida, a condição que possibilitou a manutenção dos territórios foi à perpetuação da territorialidade quilombola. Verificou-se que as manifestações religiosas constituem-se no fio condutor da tradição quilombola, junto com todas as outras formas de expressões culturais, como a dança do marabaixo, as crenças e tradições as práticas culturais o resgate da tradição ancestral do Quilombo. Percebemos que os membros desta comunidade baseados nas tradições ancestrais possuem uma identidade tradicional negra e quilombola.

**Palavras-chave:** cultura, história, comunidade quilombola, território.

## **ABSTRACT**

This paper presents an approach to history, culture and territory in lasting community Ambe, located in River Valley Quarry in the city of Macapa 75 km from the capital. In it we will rescue the history of the community to understand how was the training of the village, who were the first residents to settle in this area. Was demonstrated how the lifestyle of residents, how they produced their means of subsistence, as was the relationship with the place where they live. We describe the rituals of the feast held in commemoration of the patron saint San Roque community. The Ambe developed throughout the history of a specific mode of life that we bring a small part of this great story that the community has built and is building.

To perform these tests on the community first made a theoretical discussion of culture, territory and maroons analyzing concepts that are necessary to understand the work under discussion. And we also did a historical analysis of how black took occupation in this region of Amapá. The methodological procedures used in the case study were developed through field research, desk research, literature and through oral history, where we historicize the process of land occupation in the community. As the analysis developed, the condition which permitted the maintenance of territories was the perpetuation of territoriality maroon. It was found that religious expression constitute the leitmotif of maroon tradition, along with all other forms of cultural expressions such as dance Marabaixo, beliefs, traditions and cultural practices to rescue the ancient tradition of the Quilombo. We realize that members of this community based on ancestral traditions have a black and maroon traditional identity.

**Keywords:** culture, history, maroon community, territory.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS .....</b>	<b>10</b>
1.1 Conceito de Cultura .....	10
1.2 Conceito de Território .....	14
1.2 Conceito de Quilombo.....	17
<b>CAPÍTULO II – ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO NEGRA NO AMAPÁ</b>	<b>22</b>
2.1 O Contexto da Ocupação Territorial Negra no Amapá .....	23
2.2 A Presença Negra no Amapá .....	24
2.3 A Formação de Quilombos no Amapá .....	26
2.4 Os Quilombolas no Amapá.....	29
<b>CAPÍTULO III – FATORES HISTÓRICOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE AMBÉ .....</b>	<b>31</b>
3.1 Informações Históricas da Comunidade.....	31
3.2 Organização Social .....	35
3.3 Aspectos sócio-econômico e cultura .....	36
3.4 Festa Religiosa.....	39
3.5 A festa do Santo Padroeiro.....	44
3.6 Aspectos do imaginário local .....	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de abordar a história, a cultura e a festa de São Roque na comunidade Ambé. A escolha deste tema se deu através da nossa participação no Projeto de Pesquisa de Estudo Diagnóstico de Comunidades Quilombolas do Amapá realizado na UNIFAP, na disciplina Estágio Supervisionado, que consistiu em realizar estudos/relatórios sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos localizadas no Estado do Amapá que, amparadas legalmente em direito constitucional pertinente, pleiteiam a titulação de seus territórios que historicamente reconhecem como seus.

Tal pesquisa visava à elaboração de um Relatório Antropológico, que é utilizado para reconhecimento nos processos de demarcação e titulação de territórios quilombolas. Este relatório, bem como os laudos, vale-se de categorias teóricas e metodológicas da Antropologia para proceder à identificação étnica do grupo estudado e justificar seu direito ao território reivindicado. Este projeto foi desenvolvido durante o primeiro semestre de 2010 em três comunidades: Ambé, Ilha Redonda e São Pedro dos Bois.

Dessas comunidades estudadas foi escolhida a Comunidade Ambé, para realizarmos nosso trabalho de conclusão de curso, localizada no município de Macapá, na região do Vale do Rio Pedreira, onde há grande concentração de comunidades negras rurais deste município.

O objetivo deste trabalho é fazer uma abordagem da história, cultura e da festa de São Roque no Ambé, e analisar o modo de vida local de seus moradores, onde observamos sua relação com o território, que perpassa pela necessidade de luta, pela permanência na terra e a auto-declaração desta comunidade como negra e quilombola [em decorrência da aplicabilidade do artigo 68 da Constituição federal de 1988].

O trabalho em um primeiro momento foi desenvolvido, através de uma revisão bibliográfica, tendo como fonte de pesquisa livros, monografias, teses, dissertações, artigos, periódicos etc., levando-se em conta que todo material foi devidamente sistematizado através da organização de fichamentos e resumos, com o objetivo de elaborar e revisar uma bibliografia pertinente para construção do mesmo.



Num segundo momento foi realizado um levantamento de dados nos órgãos governamentais, e não-governamentais, com a finalidade de coletar dados e informações, documentos, mapas, relatórios, sobre a comunidade em estudo. Por último foram realizados trabalhos de campo no Ambé, através do qual coletou-se informações sobre a história da comunidade, junto aos moradores mais “antigos” e lideranças comunitárias.

Para concretizar os objetivos propostos e definir as proposições teóricas e os conceitos norteadores da pesquisa. Tomamos como base as leituras de principais autores como: Roque Laraia, Clifford Geertz, Flavio Gomes, João José Reis, Rosa Acevedo, Nirvia Ravena, Edna Castro, Alfredo Wagner e Clovis Moura.

Para atender nossos objetivos o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo iniciamos com os principais conceitos que utilizamos para fundamentar nossa pesquisa: cultura, território e quilombo contribuindo para maior compreensão do objeto de estudo haja vista a importância do território para esta comunidade, assegurar a sua cultura e seu modo de vida tradicional.

No segundo capítulo fazemos uma abordagem histórica da ocupação territorial negra no Amapá, pois, considerando o surgimento de elementos de ordem social, econômica e cultural, que nos ajudam a visualizar as especificidades locais que, permitem abordar os limiares da relação sociedade/natureza, para que possamos entender como se deu a ocupação territorial negra do espaço amapaense e a inserção do negro no trabalho escravo e na formação de quilombos, no Amapá.

No terceiro capítulo apresentamos nosso objeto de estudo, a comunidade Ambé, onde foi realizada nossa pesquisa de campo. Realizamos um breve histórico de seu surgimento, seus primeiros habitantes e moradores atuais, e sua organização sócio-cultural e religiosa.

No primeiro contato que tivemos com a comunidade e seus moradores percebemos sua importância histórica e respeito pela sua história, este primeiro momento foi de observação e conversas com alguns moradores com o objetivo de conseguir contato com os moradores mais velhos para posteriores entrevistas.

A metodologia do trabalho foi dividida em três momentos importantes para a sua realização: a revisão do referencial teórico produzido acerca do tema proposto; o levantamento de informações sobre a situação da comunidade e o trabalho de campo. O trabalho em um primeiro momento foi desenvolvido, através de uma revisão bibliográfica, tendo como fonte de pesquisa livros, monografias, teses,

dissertações, artigos, periódicos etc., levando-se em conta que todo material foi devidamente sistematizado através da organização de fichamentos e resumos, com o objetivo de destacar os elementos mais pertinentes para construção do mesmo. O segundo momento foi realizado um levantamento nos órgãos governamentais, e não-governamentais, com a finalidade de coletar dados e informações, documentos, mapas, relatórios, sobre a comunidade em estudo.

Foram realizadas quatro visitas de campo no Ambé, durante o trabalho de campo a comunidade, utilizamos as entrevistas para coletar informações dos nossos informantes e observação participativa. Também coletamos informações sobre a história da comunidade, junto aos moradores mais “antigos” para identificar preceitos e ritos da vida social e religiosa, das terras, economia e cultura. Essas coletas de informações foram feitas com quatro moradores entre os mais idosos da comunidade sendo duas mulheres e dois homens essas entrevistas foram realizadas em Macapá e na comunidade através de gravadores de voz, anotações em diário de campo, além disso, foram feitos registros fotográficos da comunidade.

Este material servirá para a discussão sobre o aperfeiçoamento e ações de para elucidar hábitos, ritos e práticas culturais. As fotografias utilizadas no trabalho foram todas geradas por nós durante o trabalho de campo, com a devida autorização da comunidade e das pessoas envolvidas. Essas fotografias estão servindo para ilustrar o trabalho, principalmente o subtítulo que trata da festa de São Roque.

## **CAPÍTULO I**

### **PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

Neste primeiro capítulo vamos discorrer teoricamente sobre os conceitos de cultura, território e quilombo, com o objetivo de compreender como o conceito de cultura foi construído no cenário científico, a importância do território para manutenção da cultura e de quilombo para compreendermos suas variações ao longo da história. Para tratar do conceito de cultura optamos por fontes bibliográficas de autores como: Roque Laraia, Clifford Geertz, Mércio Gomes, em relação ao conceito de território adotamos conceito de autores como, Rogério Haesbaert, Milton Santos. Sobre o conceito de quilombo utilizamos os autores Alfredo Wagner, Clóvis Moura e Carlos Guimarães.

#### **1.1 - Conceito de Cultura**

Muitos conceitos e definições foram formulados ao longo dos últimos três séculos para definir o termo cultura, sua abrangência é de tal maneira tão intensa que encontramos inúmeros conceitos destinados a explicar essa manifestação tão particular das sociedades e comunidades existentes no globo terrestre.

Desde a Antigüidade, foram comuns as tentativas de explicar as diferenças de comportamento entre os homens, a partir das variações dos ambientes físicos. O determinismo biológico, bem como o geográfico são idéias que no passado foram consideradas relevantes para conceituar cultura. Com o passar do tempo diversas investigações foram realizadas e chegou-se a conclusão de que estas teorias, apesar de terem sido importantes para o entendimento de algumas dimensões da natureza humana, apresentaram limitações e inconsistência para o entendimento do conceito de cultura.

É comprovado pelas Ciências Sociais que a identidade humana só é reconhecida e estabelecida ante um grupo. O ser humano só se faz como tal diante

de outro, seu semelhante, com o qual estabelece mecanismos diversos de interação constante. É com essa interação, na origem entre os indivíduos, no final entre grupos e sociedades inteiras, que define uma das características humanas fundamentais, a da vida social.

O ponto exato que está situado a necessidade da vida social, onde está estabelecida a propriedade mais marcante na vida humana é a capacidade de conhecer, de construir compreensão sobre os meios e os processos necessários para a organização e a facilitação do ato de viver. Assim afirma Ferreira:

Desde muito cedo, nos primórdios das cavernas, o homem percebeu que só, diante das forças da natureza, não iria muito longe. Os bandos e os clãs surgiram da percepção natural da necessidade do uso da força coletiva, único meio capaz de proteger cada um dos desafios impostos pelo meio ambiente. Esses desafios, à medida que eram superados, reforçavam a necessidade da convivência grupal e desenvolviam os processos organizadores que agregavam os grupos em torno das facilidades conquistadas para viver o cotidiano. (2009, p. 28)

Verificamos na citação que o homem ao longo da história precisava se unir aos outros homens, o ditado popular *um por todos e todos por um* nos dar alicerces para demonstrar com simplicidade o que se está afirmando acima. A capacidade de conhecer desenvolveu a vida social, e a vida em grupo ampliou o conhecimento humano. Poderia se definir assim o círculo vicioso que trouxe o ser humano aos dias de hoje.

Todo esse artifício civilizador milenar só poderia ocorrer em grupo, em sociedade. E seu produto é o que pode ser denominado de cultura. O homem ao conhecer compartilhar e registrar o produto de sua atividade pensante cria cultura. Existe um longo fio processual, que foi tecido pela capacidade cognitiva humana ao longo da história. Assim afirma Ferreira (2009) “somos, não existem mais dúvidas, seres socioculturais”.

Para sobreviver, as pessoas relacionam-se umas com outras, e juntas transformam a natureza, isto é, produzem tudo aquilo que necessitam para suprir suas necessidades. Ou seja, sabemos que para sobreviver razoavelmente é preciso ter alimentação, moradia, roupas, etc. Mas para suprir as necessidades dos homens como, por exemplo, para caçar fazer machados, lanças e outros tipos de ferramentas. Ao desenvolverem estas atividades solidificam um modo de vida, os

homens estão fazendo cultura. A cultura é um processo acumulativo como afirma Laraia:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é o resultado de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. (2003, p. 45)

Em termos do conceito de cultura, a primeira definição formal de cultura foi enunciada em 1871 pelo inglês Edward Tylor: “Cultura [...] é todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Essa é a definição mais comum que diz que cultura é tudo aquilo que o homem vivência, realiza, adquire e transmite por meio da linguagem.

A partir da definição de Tylor vieram várias outras significações da cultura que não vamos nos ater discutindo aqui. Adotaremos os conceitos que são necessários para termos noções do conceito de cultura. Então o conceito de cultura segundo o antropólogo Mércio Pereira Gomes é que:

Cultura é o modo próprio de ser do homem em coletividade, que se realiza em parte consciente, em parte inconsciente, constituindo um sistema mais o menos coerente de pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se perante o absoluto, e, em enfim, reproduzir-se. (2009, p. 36).

Nos vale discutir o trecho acima, que cultura é tudo que o homem faz parcialmente consciente e parcialmente inconscientemente, além daquilo que sua natureza biológica o permite fazer. Esse fazer significa não somente produzir os meios de sua sobrevivência (sua economia), mas também pensar (sua filosofia), desejar e relacionar-se uns com os outros. Adiciona-se a esses atributos a idéia de que homem, embora pense e faça as coisas como ser individual, tem seu pensamento e seu comportamento condicionados por sua existência numa coletividade, a sociedade.

A cultura tem a sua própria lógica e certa descontinuidade em relação à natureza, uma certa autonomia, e dá ao homem características que vão além do comportamento animal. Esse modo próprio de ser, nos dar atributos de sermos diferentes dos outros animais e a cultura em si confirma essa especificidade humana.

Outro autor que fazemos uso é Geertz (1973) que concebe a cultura como uma "teia de significados" que o homem tece ao seu redor e que o amarra. Para Geertz "a cultura deve ser vista como um conjunto de mecanismos de controle - planos, receitas, regras, instituições – para governar o comportamento". Para ele "mecanismos de controle" são as "palavras, gestos, desenhos, sons musicais, objetos ou qualquer coisa que seja usada para impor um significado á experiência". (Geertz, 1973, p. 37).

Culturas são sistemas simbólicos que governam o comportamento humano, logo para estudar a cultura temos que estudar um código de símbolos comungados por membros de uma cultura. Assim o autor afirma que temos que interpretar as culturas investigadas, sendo sempre uma tarefa difícil e vagarosa que pode ser descrita através do método etnográfico.

Na sociedade estamos divididos em grupos, pessoas que vivem e socializam contextos distintos, esses grupos interpretam de forma diferenciada o mundo que está inserido fazendo uso de suas simbologias, costumes, religiões. Seja um grupo pequeno em determinado local, esse grupo desenvolve uma cultura que não é nem inferior e nem superior a outra cultura, apenas diferente. Que é passível de estudos, passível de interpretação dos estudiosos, resultando na socialização dos conhecimentos dessas comunidades.

São tantas as formas e expressões sobre cultura que poderíamos passar dias e mesmo assim não conseguiríamos definir com exatidão todos os seus desdobramentos. Contudo, podemos afirmar que as manifestações humanas devem ser respeitadas em seu todo e jamais avaliadas do ponto de vista de seu observador, pois, o que pode ser barbárie para alguns pode ser extremamente aceitável para outros.

Desta forma, concordamos com a afirmação que "o estudo da cultura nunca terminará, pois uma compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana, tema perene de incansável reflexão". (LARAIA, 2003, p. 65).

Uma vez realizado o conceito de cultura, que foi de grande importância para que pudéssemos esclarecer a percepção quanto ao tema estudado, pois sabemos que a cultura se manifesta onde há uma coletividade que produz e é reproduzida pelos seus hábitos, pensamentos e atitudes que adota e que temos uma

participação constante nesse intrínseco relacionamento social. Neste caso isso é perceptível no objeto de estudo.

Os moradores do Ambé possuem seu modo de vida específico, possuem suas crenças, religião, dançam o Marabaixo, fazem suas roças, caçam, pescam, fazem cultura. Mas para fazerem cultura necessitam de um território, eles só podem praticar a cultura se tiverem apropriados de um espaço. Posteriormente vamos abordar as definições de território, como alguns autores interpretam o conceito de território para as comunidades tradicionais.

## **1.2 - Conceito de Território**

O conceito de território tem sido muito utilizado pelas ciências naturais assim como pelas ciências sociais. No decorrer da história do pensamento geográfico foi adquirindo variadas concepções, sendo trabalhado de diferentes maneiras pelos principais autores e suas linhas de pesquisa que contribuíram para um enriquecimento maior dos principais conceitos da Geografia e de outras Ciências.

Podemos perceber diversos conceitos para a sua utilização: território político, território simbólico, território psicológico, dentre outros. Diante das constantes mudanças atuais ocorridas mundialmente políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais as questões referente ao território surgem com maior força, convocando esforços de diversos estudiosos de várias áreas para uma melhor compreensão dos mesmos. Desta forma a noção de território hoje ultrapassa o campo de estudo da Geografia e está sendo empregado e utilizado por outras ciências como pela Ciência Política, Sociologia, Antropologia e de forma menos intensa pela Psicologia.

Considerando que o conceito de território está definido em cada uma dessas ciências adotou-se aqui o conceito de território trabalhado na antropologia destacando sua dimensão simbólica. O conceito de território proporciona um amplo campo de conhecimento temporal e espacial ao pesquisador e evidencia a importância de compreendermos as especificidades que marcam os lugares, os espaços socialmente ocupados por moradores de certas áreas. Por conseguinte,

acreditamos que os estudos dos espaços territoriais são pertinentes para compreender também a relação das comunidades quilombolas com a terra.

Primeiramente precisamos compreender alguns conceitos de território. Para alguns antropólogos, o território é enfatizado pela importância da dimensão cultural ou simbólica de uma sociedade. É o caso de Maurice Godelier apud Haesbaert ao afirmar que: “o território é visto como um espaço onde uma sociedade luta para garantir seus direitos de acesso, controle e uso, respeitando os seus recursos, explorando apenas o necessário para sua sobrevivência”. (2007, p. 47). Percebemos que há uma forte ligação do território com a natureza, o território se torna para uma sociedade uma fonte de recursos, meios materiais de existência e reproduções simbólicas.

À luz do conceito de território quando analisamos as comunidades tradicionais que desenvolvem uma experiência territorial, percebemos que a sua principal fonte de recursos provém da natureza, da terra. Ou seja, é da terra que criam seus animais, plantam, caçam, pescam e retiram tudo que precisam para sua sobrevivência material e simbólica.

Desta forma, o território que os componentes dessas comunidades reivindicam é aquele que possam fazer uso de seus recursos naturais e simbólicos, tendo o domínio simbólico sobre o território possibilita o acesso, controle e o uso tanto dos fatos visíveis quanto dos domínios espirituais e assim reproduzem seu modo de vida tradicional. Essa apropriação do território possibilita aos membros da comunidade conhecimentos para a reprodução de suas vidas como dos recursos que eles necessitam para suprir suas necessidades.

O território para as comunidades tradicionais tem todo um valor simbólico construído ao longo da vida das pessoas que habitaram esse espaço, viveram os pais, avós, várias gerações que estabeleceram uma forte relação com esse lugar. A vida das pessoas está enraizada nesse local, cada lugar tem um significado para os moradores e vale salientar o respeito de todos pela terra que deu e dá sustento a todos.

Para os autores Bonnemaïson e Cambrèzy apud Haesbaert, que priorizam a definição de território como dimensão simbólico-cultural afirmam: “que o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos”(2007, p. 50). Para os autores o território cultural precede o político assim como o econômico.



O território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação ou, se preferirmos, de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço. (2007, p. 51)

Conforme a citação o território ocupado é carregado de significados, memórias de pertencimento ao lugar, onde desenvolvem sua cultura, para que tudo isso possa ser construído é necessário a permanência no território. É enfatizado pelos autores que a ligação dos povos tradicionais ao espaço de vida é mais intensa, porque além do território ser utilizado como fonte de recursos, o espaço é ocupado de forma ainda mais intensa através da apropriação simbólico-religiosa, concedendo a natureza simbólica das relações sociais na definição do território.

A esse respeito afirmam:

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disso, os vivos não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer. (BONNEMAISON E CAMBRÉZY *apud* HAESBAERT, 2007, p. 51).

A definição simbólica de território principalmente para as sociedades tradicionais carrega uma força tamanha que o território é visto como “um construtor de identidade” com isso compõe-se de forma indissociável as relações sociais e a reprodução dos grupos sociais.

Percebe-se que o território envolve uma dimensão simbólico-identitária, é a base primeira da reprodução social, como abrigo e fonte de sobrevivência. É ao mesmo tempo um espaço de reprodução física, de subsistência material, e um espaço carregado de referências simbólicas, veículo de manutenção de sua identidade cultural, mas com suas especificidades cada grupo cultural em cada período histórico, funda sua própria forma de vivenciar integralmente o espaço.

Para Haesbaert (2006, p. 117) um conceito tradicional seria de um espaço com limites claros de fronteiras bem definidos, onde os indivíduos e os grupos sociais estariam bastante enraizados. Ou seja, se prioriza a dimensão simbólica, o território é visto como fruto de uma apropriação simbólica, especialmente através

das identidades territoriais, portanto seria a identificação que determinados grupos sociais desenvolvem com seus espaços vividos.

No decorrer do trabalho de campo foi possível perceber a relação da comunidade com a terra, pois enquanto a comunidade permanecia isolada aparentemente não tinha problema com a questão de posse. Foi com o avanço da urbanização e a implantação de grandes projetos agro-industriais na década de 50 como AMCEL celulose e com a construção da BR-156, esses projetos foram responsáveis pela atração populacional na região do Amapá o que contribuiu para o crescimento de especulação e interesses por grandes áreas rurais. Com essas mudanças ocorridas a comunidade foi influenciada no seu modo de vida local, pois muitos de seus moradores venderam suas terras em busca de melhores condições de vida. Diante da especulação imobiliária e a perda de boa parte de suas terras a associação da comunidade Ambé e seus membros lutam pela permanência em seu território e sobrevivência de sua identidade étnica, cultural principalmente física. Visto que sem o território que é seu legado histórico a comunidade perde seus valores e com isso sua identidade cultural.

Pudemos observar na comunidade esse apego dos moradores pelo lugar em que vivem, a identificação com o espaço que estão inseridos, quando entrevistamos uma moradora do Ambé que atualmente mora em Macapá, ela se emocionou em relembrar o tempo em que vivia na comunidade e se lamenta de não poder estar morando no Ambé. As filhas de uma senhora de quase cem anos que também mora em Macapá, afirmam que sua mãe às vezes acorda e diz que quer ir para a comunidade, nesses exemplos se observa essa identidade com o lugar. Em seguida vamos fazer uma análise do termo quilombo para compreender algumas variações do conceito ao longo da história do Brasil.

### **1.3 - Conceito de Quilombo**

Ao buscar compreender o conceito de quilombo, de acordo com autores brasileiros, utilizamos os estudos feitos por Alfredo Wagner de Almeida, Clovis Moura e Carlos Magno Guimarães. Pretendemos discutir também como o Decreto

de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias que deram uma maior visibilidade aos remanescentes de comunidades de quilombo. Para isso, observar-se-á os questionamentos feitos em torno do conceito de quilombo.

Clóvis Moura entende que a formação de quilombos em todo o Brasil, pelo fato da repulsa de alguns negros contra os abusos do sistema escravista, representava o choque entre duas forças opostas, o senhor e o escravo, se o sistema os tratava como coisa, através da violência e da dominação, sejam elas políticas, militares ou ideológicas, a saída era reagir, para assim poder readquirir a liberdade. Sendo assim, os quilombos se tornaram uma das formas de resistência existente no período escravista. Segundo o autor

....a estratificação dessa sociedade, na qual as duas classes fundamentais – senhores e escravos – se chocavam, era criada pela contradição básica que determinava os níveis de conflito. Em outras palavras, a classe dos escravos (oprimida) e a dos senhores de escravos (opressora/dominante) produziram a contradição fundamental. (MOURA, 1993, p. 9)

A primeira definição de quilombo data do período colonial, que em resposta do rei de Portugal ao Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, o quilombo poderia ser definido como, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (MOURA, 1993, p. 11).

Nesse ponto, vale ressaltar brevemente a crítica do antropólogo Alfredo Wagner de Almeida (2002), que aponta como bases dessa definição noções de fuga, isolamento geográfico, com moradia habitual, o “rancho”, e auto-consumo e reprodução, simbolizados pelo “pilão”, bem como uma quantidade mínima. Assim, a existência do quilombo pressupõe independência, indica que a produção é autônoma e livre da influência do senhor da terra, engendrando ainda relações com o comércio local.

Esta definição do Conselho Ultramarino serviu de base para uma geração de estudiosos do assunto até meados da década de 1970, período no qual a literatura quilombola aparece marcada com atribuições de um tempo histórico passado, cristalizado na vigência do regime escravocrata brasileiro e caracterizado como negação deste sistema, como resistência e isolamento somente. São, portanto, trabalhos que não abarcam a diversidade de relações engendradas entre escravos e

sociedade livre, tampouco consideram as distintas formas de ocupação e uso da terra.

Cada quilombo brasileiro que se formou no sistema escravocrata deve ser estudado com uma ótica diversa, ou seja, é preciso que sejam analisadas as suas especificidades. Para Carlos Magno Guimarães, os quilombos ao mesmo tempo em que são semelhantes, também são diferentes. A semelhança encontra-se nos povos que os formavam, geralmente escravos fugidos que expressavam o descontentamento com o sistema. A diferença está na organização de cada quilombo, na medida em que cada um "... tem sua época de existência, sua região e seus mecanismos de sobrevivência, constituindo assim uma configuração histórico-cultural específica. (GUIMARÃES, 1996).

Para além dos povos que formavam o quilombo e de sua estrutura, precisamos atentar também para as [particularidades do acesso a terra], que foi das mais variadas relações sociais, como heranças, doações, compra de terras ou mesmo a aquisição da terra por meio da posse, isto é, os chamados posseiros. Os lugares onde se formavam os quilombos também necessitam de especial atenção. Alguns se estabeleciam em locais de difícil acesso, para que os capitães-do-mato e as autoridades não os encontrassem. Quando isso acontecia buscava-se outro local para se estabelecer. Porém precisamos ter cuidado ao generalizar tal concepção, haja vista que estudos, como de Carlos Magno e Donald Ramos, apontam que os quilombos em sua maioria encontravam-se próximo das cidades e a convivência entre comerciantes, taberneiros, escravos, libertos (ex-escravos) e mesmo gente livre branca, eram relações sociais amistosas. Com isso percebe-se que os quilombos desempenharam um papel importante na sociedade escravista do século XVIII.

Nos últimos anos, o que se busca é uma definição de quilombos e de uma história que até então se via marginalizada. Foi com a Constituição Federal de 1988, o qual regulamenta o artigo 68, no capítulo que corresponde ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que os "remanescentes das comunidades dos quilombos" tornaram-se ponto de discussões e ganharam espaço no cenário político nacional. Neste decreto tem-se a intenção de apresentar uma lei que defenda o direito a terra das comunidades quilombolas.

Por fim abordar-se-á o conceito de remanescente de quilombo expresso no Decreto 4.887, de 20 de Novembro de 2003, que regulamenta o artigo 68 da

Constituição não apenas para afirmar sua legitimidade, mas também por levar em consideração outro conceito importante para compreensão dos territórios de maioria afro-brasileira, ou seja, o conceito de ancestralidade. Assim, remanescentes de quilombos são compreendidos como:

“os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” (Decreto 4887/03 art. 2º)

Com dimensão à definição dos elementos que constituem o território quilombola, o Decreto dispõe que: “São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”.

O Decreto concebe as comunidades quilombolas como territórios de resistência cultural dos quais são remanescentes os grupos étnicos raciais que assim se identificam. Com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a luta contra a opressão histórica sofrida, esses grupos se auto-identificam comunidades de quilombos, dados os costumes, as tradições e as condições sociais, culturais e econômicas específicas que os distinguem de outros setores da coletividade nacional. O Decreto apresenta, portanto, uma dimensão de existência atual dessas comunidades.

A perspectiva da auto-definição dialoga com os critérios postos pelos próprios grupos, a partir de suas dinâmicas e de seus processos atuais. Portanto, é uma dimensão que foca no existir atual e se relaciona com a perspectiva de grupo etnicamente diferenciado, tais como são concebidas as comunidades quilombolas.

Os membros da comunidade Ambé se auto-reconhecem como remanescentes de quilombo, um dos critérios para pleitear o título definitivo de suas terras. O processo para titulação ainda está em andamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), porém, já possui a certidão de reconhecimento emitida pela Fundação Palmares.

A comunidade estava perdendo parte de sua área para os empresários e os moradores se uniram para obter o título das terras, as pessoas nesse contexto de conflitos resgatam a memória de seus antepassados, dos lugares. Essas áreas que

foram ocupadas, que pertenciam à comunidade têm uma história para os moradores suas identidades, suas vivencias nesses locais, tudo isso fazia parte do modo vida que desenvolvem no lugar.

## CAPÍTULO II

### ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO NEGRA NO AMAPÁ

Neste capítulo vamos fazer uma abordagem da ocupação negra no Amapá, para que possamos entender historicamente a ocupação territorial do espaço amapaense e posteriormente da comunidade Ambé. Embasados em autores como Flavio Gomes, Rosa Elizabeth Acevedo e Nirvia Ravena. Vamos abordar a relação desses agentes locais de se apropriar e fazer uso da terra, do território e como foram construídas suas experiências de vida no espaço amapaense.

A ocupação das terras amapaenses foi construída para atender interesses mercantilistas através do trabalho compulsório da mão-de-obra africana e de seus descendentes. A territorialidade negra, portanto foi desde o início gerado nas situações de tensões e conflitos.

Esses conflitos surgem das relações sociais que se consolida como forma de organizar de maneira mais adequada aos objetivos de cada indivíduo. Sendo assim as diferentes formas, que geram conflitos, de apropriação social do espaço são expressas em diferentes territorialidades.

Para o antropólogo Paul E. Little.

A territorialidade é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu "território" ou *homeland* (cf. Sack 1986: 19). Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. (2002, p. 03)

É neste sentido que vamos abordar a territorialidade negra no Amapá fazendo um histórico da ocupação colonial nesta região, demonstrando como o negro foi inserido nesse contexto histórico.

## 2.1 - O contexto da ocupação territorial negra no Amapá

Após mais de dois séculos de dominação colonial portuguesa as terras que hoje pertence ao Amapá não despertou interesse aos colonizadores lusitanos. A ocupação territorial brasileira foi diferenciada nas regiões e foi se moldando nos primeiros quatro séculos de ocupação. Segundo o geógrafo Milton Santos (2003) a região amazônica foi à última a ser ocupada, já que os colonizadores optavam pelas áreas litorâneas e tropicais. Somente na segunda metade do século XX é que o território brasileiro pode ser considerado completamente apropriado, ainda que subsistam descontinuidades principalmente na região amazônica.

O interesse nas terras amapaenses se deu quando Marques de Pombal se tornou ministro Real e homem de confiança do rei de Portugal, e pôs em prática seu projeto de povoamento e colonização da Amazônia com interesses para que Portugal viesse a obter lucro com o comércio das “drogas do sertão” e diminuísse o poder das missões religiosas, que até aquele momento eram os que mais lucravam com o negócio das especiarias. Conforme a seguinte citação.

O caráter de uma administração militar já aparecia como diretriz política para Macapá. Além da necessidade de garantia de posse do território do Cabo Norte, para Mendonça Furtado, a nova povoação converteu-se num campo de experimentação. Tanto no tocante à administração da mão-de-obra indígena como também nas formas de alijar os missionários (principalmente os jesuítas) do controle político das povoações. (RAVENA, 1999, p. 76)

A intenção de Marquês de Pombal era enviar colonos para povoar a região, defender o território em parcerias com os jesuítas, pois as terras do Amapá chamavam a atenção de viajantes, pois essa faixa de terra se diferenciava de outros ambientes da região amazônica por possuir “*excelentes paragens*”.

Sua importância no âmbito espacial se deu com a criação do estado de Maranhão e Grão-Pará no qual Marquês de Pombal nomeou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado como Governador que tomou providências para a implementação da colonização da região amapaense com intuito de promover um plano político de proteção e defesa do território. As terras pertencentes ao atual Amapá foram alvo de invasões e disputa internacionais, resolvida apenas no final do século XIX.



As terras do cabo norte principalmente o Amapá eram cobiçadas por várias nações como Espanha, Holanda, Inglaterra e França em função de sua localização estratégica, e por possui terras propícias para plantio de diversas culturas e posteriormente pela descoberta de minérios nesta região. Isso fez com que a coroa portuguesa redobrasse a atenção para essa área e criasse políticas para defender seus domínios territoriais.

Por volta de 1611 já ocorrem indícios da passagem dos franceses pelas terras do Amapá, transformando a área em uma região de litígio, com isso em 1700 foi assinado o tratado provisional, que neutralizou a região. Em 1713, com o tratado de Utrecht, determinou-se o Rio Oiapoque como fronteira entre as possessões portuguesas e as possessões francesas.

Ocorre que os franceses passaram a questionar a legitimidade do acordo quanto à localização do rio Oiapoque, afirmando que ele era o mesmo rio Araguari. Por isso franceses e portugueses chegaram a se enfrentar em vários conflitos pela posse das terras denominadas de Cabo Norte região que compreendia a costa setentrional do estado do Grão-Pará. Os franceses alegavam que os limites fossem o rio Araguari não o rio Oiapoque como foi definido pelo Tratado de Utrecht, que definia dentre outros, que a fronteira do Brasil com a França era delimitada pelo rio Oiapoque.

Em 1751 foram implementadas as bases do projeto de colonização de Macapá a parte setentrional do estado de Grão-Pará região amapaense e em 1765 a de Mazagão ambas as fundações das vilas tinham objetivos de proteger e defender o território.

## **2.2 - A presença negra no Amapá**

Segundo Moraes (2009), o negro foi inserido na construção territorial e na história do Amapá desde o começo da ocupação em meados do século XVIII. A presença de negros no Amapá ocorreu em 1749, quando um grupo de negros fugitivos da região de Belém, vieram para o Amapá e fundaram um quilombo nas margens do rio Anauerapucu. Oficialmente os primeiros negros chegaram à região

em 1751 século XVIII, quando o governador da província Grão-Pará e Maranhão, Mendonça Furtado que para implementar a colonização mandou trazer famílias de colonos portugueses da Ilha dos Açores para Macapá e com elas vieram vários negros.

Ainda neste mesmo ano mais negros foram trazidos como escravos por famílias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Maranhão, que vieram povoar Macapá. Em seguida começaram a ser importados da Guiné Portuguesa, pela Companhia do Comércio principalmente para a cultura do arroz. O maior contingente veio a partir de 1765 para a construção da Fortaleza São José de Macapá que consistia na continuação da política pombalina de defesa militar da Amazônia.

Morais (2009, p. 49) afirma, que a construção da fortaleza se tornou a maior fortificação militar colonial da América latina. Ao longo de sua construção utilizou o trabalho de negros africanos e índios. Em 1770, foram transferidas 163 famílias portuguesas que se estabeleceram na Nova Mazagão e trouxeram 103 escravos. Em abril desse mesmo ano, o governo do Grão-Pará mantinha 177 negros escravos trabalhando no forte. Alguns morreram de doenças como o sarampo e a malária e por acidente do trabalho.

Com todos esses transtornos muitos escravos fugitivos e prisioneiros foragidos fugiam muitas vezes com ajuda de índios, que melhor conheciam as matas e se dirigiam para a região do contestado, pois, não havia naquela região tanta fiscalização por parte das autoridades. Com isso foram se formando os quilombos principalmente as margens dos rios.

Contudo, a presença negra no Amapá, em especial as relações sociais e culturais que os africanos e seus descendentes estabeleceram entre si e com a sociedade à sua volta, é freqüentemente mencionada nos documentos oficiais e nos relatos de cronistas e viajantes, sobretudo a partir do século XVIII. A leitura destas fontes deixa entrever que tais agentes históricos empreenderam formas originais de adaptação às condições de vida na região, cuja sociedade não era menos excludente do que aquelas situadas nas regiões política e economicamente hegemônicas.

As memórias dessas lutas sobrevivem até hoje nas chamadas comunidades remanescentes de quilombos, que jamais se isolaram. Nas últimas décadas, porém, tais comunidades têm travado uma luta desigual pelo reconhecimento do direito de permanecer nas terras de seus ancestrais e, conseqüentemente, pela manutenção

de suas culturas, ameaçadas por grandes projetos, fazendeiros, empresas agropecuárias.

Para isso muitas comunidades lutam para ser reconhecidas como remanescentes de quilombo para ter seu direito garantido de posse das terras que:

Nos últimos tempos, as terras das comunidades remanescentes de quilombos do Amapá vêm sendo ocupadas por proprietários particulares. Aos quilombos têm restado apenas áreas de terras públicas, de domínio da União. As comunidades apresentam problemas fundiários cuja solução demanda indenização de benfeitorias e terra nua. Por exemplo: cerca de 1000 hectares da comunidade do Rosa, nas cercanias do município de Macapá, estão transformadas em propriedades particulares. Parte da área das terras da comunidade do Cunani são parte também do Parque Nacional do Cabo Orange, criado pelo governo federal e regido pelo IBAMA. A comunidade da Lagoa dos Índios, bastante próxima ao núcleo urbano do município de Macapá, sofre intenso processo de especulação imobiliária e urbanização. (BRASIL, 2005, p. 12)

Na comunidade do Ambé há forte pressão exercida pelos grandes empreendimentos no seu entorno. Situação preocupante para alguns de seus moradores. A comunidade está inserida no Vale Rio Pedreira, composto por outras comunidades que ainda estão em situação de regularização fundiária pelo INCRA.

Diante dessa situação, reveste-se de importância ainda maior o estudo acerca de como se formaram essas comunidades, como interagiram com a natureza e com outros grupos sociais e qual o papel da memória das lutas empreendidas por seus antepassados, para preservar sua identidade étnica e cultural.

### **2.3 - A formação de quilombos no Amapá**

A região do Amapá, por ser uma área de fronteira cobiçada por estrangeiros, principalmente os franceses, tinha-se o temor que os escravos fugissem dos domínios portugueses, pois os limites fronteiriços entre os dois países eram uma coisa móvel, sendo alvos de constantes disputas entre o final do século XVII e início do XVIII, sendo marcado por conflitos e fronteiras o processo histórico ocorrido nessa região colonial.

Segundo Flávio Gomes (1999) a região do Amapá era que mais causava apreensão, pois as disputas territoriais tornavam o controle e o policiamento dessa

área cada vez mais difícil. Logo, por ser uma área de fronteira e por não ter influências dos governos da França e do Brasil, os negros escravos com a ajuda de comerciantes e grupos indígenas, tanto do lado português quanto do francês, migravam para essa área a procura de liberdade. As duas coroas chegaram até a assinar um acordo de devolução de escravos, o qual consistia em devolver escravos encontrados em seus territórios.

As fugas de negros escravos se tornaram constantes e em grande quantidade, o autor relata os desafios que os negros escravos enfrentavam em suas fugas:

De outro modo, ainda que a floresta fosse imensa e, portanto, um garantido refúgio, os roteiros das fugas eram arriscados e perigosos. Saídos de Caiena em direção ao Pará ou vice-versa, via de regra, os fugitivos optavam pelo mar e/ou rios que banhavam a região. Enfrentar as escapadas matas, nem pensar. Seriam presas fáceis da fome, de animais ferozes, das febres e dos cães farejadores dos capturadores franceses... Pela via fluvial, construindo canoas e jangadas, aventuravam-se. (GOMES, 1999, p. 230)

As rotas de fugas não tinham um sentido único, o movimento de fuga de escravos do Pará em direção a Caiena era igualmente constante. Os quilombolas, tanto os fugidos de Caiena como os do Pará, estabeleciam seus mocambos bem junto às fronteiras, migrando toda a região. Gomes destaca que “mais do que a floresta propriamente dita, era a região da fronteira o lugar seguro para fugitivos e quilombolas” (1999, p. 233). E Gomes completa afirmando que:

A fronteira era, para além de um refúgio geográfico, um esconderijo social e econômico perfeito naquele contexto econômico. Assim como em outros lugares, os fugitivos procuravam formar grupos, desenvolver uma economia ou mesmo buscar alianças com outros setores sociais. (1999, 233-234).

A busca de apoios, de alianças e de solidariedade nesta região não tinha limites territoriais, assim pensavam os quilombolas e fugitivos do Grão-Pará Colonial. Mocambos formados próximos a fronteira mantinham relações de comércio com os colonos franceses. Muitos quilombolas viviam do lado da fronteira portuguesa, trabalhavam, mantinham diversas relações com os franceses do outro lado, assim:

Mocambos formados bem próximos á fronteira mantinham relações de comércio com os colonos franceses. Tinham igualmente sua base econômica, fazendo “salgas”, tingindo roupas, plantando roças, pastoreando gado e fabricando tijolos para a construção de fortalezas francesas. (GOMES, 1999, p. 235).

Esse contato dos quilombolas com os franceses amedrontava as autoridades coloniais do Pará, pois essa região do Amapá estava envolvida em conflitos por disputas coloniais. Logo, a fuga de escravos negros para essa localidade incendiava ainda mais as disputas pelas terras entre os portugueses e franceses, onde travavam conflitos para dominar essa região do cabo norte.

Durante esse período colonial as fugas de escravos e o estabelecimento de mocambos eram problemas recorrentes nesta área. Gomes destaca que “grande parte dos cativos que fugiam nesta região trabalhava nas fortificações militares em Macapá”. Pois nessa época de 1789 como complementa Gomes “somente na vila de Macapá falava-se na existência de uma população de 2.000 pessoas brancas, 700 escravos e certo numero de índios assalariados”. Havia na capitania do Grão-Pará quilombos por toda parte, de norte a sul, que:

Na área do Amapá, coincidência ou não, mas do que em outra qualquer da região brasileira no período colonial, as fugas de escravos e a movimentação de quilombolas aumentaram enormemente nas últimas décadas do século XVIII. (GOMES, 1999, p. 249).

Os mocambos começaram a aparecer e se multiplicar ligeiramente, eram formados mocambos e/ou quilombos de leste a oeste, de norte a sul nesta área colonial. Vale destacar que dos vários quilombos que se constituíram na região do Amapá, os que se formaram ao longo do Rio Araguari foram os mais populosos e estáveis, e também eram os mocambos mais antigos. Logo, Gomes afirma que os mocambos e/ou quilombos em quase todas as áreas da Amazônia Colonial, alcançando as capitanias do Grão-Pará e do Rio Negro. Destacando a região do Amapá com as vilas de Macapá, Araguari e Mazagão.

É importante destacar que os mocambos e/ou quilombos formados na região do Amapá, foram alvos de constantes investidas da coroa portuguesa. Seja na recapturação dos negros escravos, assim como missões para a destruição dos quilombos formados nessas áreas de fronteira. Mas muitos quilombos se mantinham erguidos, pois desenvolviam estratégias de defesas contra os capturadores seja os franceses ou portugueses.

Assim podiam manter-se acesas os ideais de liberdade sem a coleira da escravidão. Gomes destaca que muitas dessas comunidades que assim se formavam, aos poucos, transformaram-se em povoados que se dedicavam à

economia de subsistência e, até mesmo, ao comércio, os quilombos eram não só locais de resistência à escravidão e abrigo para escravos fugitivos, mas também núcleos habitacionais e comerciais.

## **2.4 - Os Quilombolas no Amapá**

Quilombola é a designação comum aos escravos refugiados, ou descendentes de escravos negros cujos antepassados no período da escravidão que fugiram das propriedades onde exerciam diversos trabalhos braçais para se esconder no meio das matas, locais de resistência e proteção. Esses locais ficaram conhecidos como quilombos. As comunidades formadas em torno desses núcleos hoje, mais de cem anos depois do fim da escravidão, recebem o nome de áreas de quilombolas ou territórios de quilombolas.

De acordo com o Conselho das Comunidades Afro-Descendentes do Amapá (CCADA) há uma estimativa de atualmente existirem 56 comunidades negras distribuídas por toda a extensão territorial do estado, 26 dessas comunidades são certificadas pela Fundação Palmares e três já possuem o título definitivo de suas terras que são elas: Curiaú (1999), Conceição do Macacoari (2005), Mel da Pedreira (2007). E, que por longos anos as referidas comunidades têm reivindicado o respeito aos costumes e as suas tradições, educação adequada, habitação, luz, água, saneamento básico, espaço em políticas públicas, reconhecimento da sociedade da forma de vida e da cultura negra quilombola.

O INCRA é o órgão competente, na esfera federal, pela delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações. No INCRA nove comunidades estão com processo em andamento para reconhecimento e titulação.

Segundo o INCRA, no Brasil existem mais de 3 mil comunidades quilombolas, 106 são tituladas em 97 territórios, 173 comunidades com total de 11.070 famílias, totalizando 955.330,5955ha em todo o país, 26 delas estão no Amapá, no entanto mais de 50 comunidades se auto-reconhecem como remanescente de quilombo

(*Programa Brasil Quilombola*). São inúmeras famílias que a dezenas e até centenas de anos vivem em comunidade e tem um passado comum.

As comunidades remanescentes de quilombos a maioria delas encontra-se no entorno da cidade de Macapá, mas existem algumas um pouco mais distantes situadas nos municípios de Oiapoque como a comunidade Culumbú do patuazinho, a comunidade de Cunani em Calçoene, e São Tomé do Aporema no município de Tartarugalzinho.

Dentre as comunidades quilombolas existentes no estado podemos destacar a comunidade quilombola do Curiaú, Conceição do Macacoari, Mel da Pedreira, que já possuem sua titulação concluída entre as outras que estão pleiteando a demarcação e a titulação de suas terras estão, Ambé, Cunani, Ilha Redonda, Lagoa dos Índios, Rosa, São José do Mata fome, São Pedro dos Bois, Carvão e Engenho do Matapí.

Esses quilombos que se formaram, hoje são vistos como remanescentes, em sua maioria abandonados pelo poder público, esperando por atenção e reconhecimento. Dentre os 56 agrupamentos encontrados no estado do Amapá, 23 receberam o certificado da Fundação Cultural Palmares sendo que entre elas encontra-se o Remanescente de Comunidade de Quilombo do Ambé.

## **CAPÍTULO III**

### **FATORES HISTÓRICOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE AMBÉ**

Neste capítulo vamos apresentar a comunidade Ambé, nele elaboramos um breve histórico sobre a comunidade baseado em relatos de pessoas que viveram ou vivem a trajetória da história da vila, de seus ancestrais, como se originou a comunidade, sua organização social por fim faremos um relato da festa do santo padroeiro, pois percebemos que a religiosidade é um fato marcante e a festa em si é o momento de solidariedade e união de seus moradores.

#### **3.1 - Informações Históricas da Comunidade Ambé**

A história do quilombo é contada pelos moradores descendentes de seus antepassados. Segundo eles os primeiros habitantes chegaram por volta de 1840, vindos principalmente de Macapá em busca de boas terras.

Sua origem segundo relatos foi que um cidadão que passava pela região ao subir em um “tachizeiro” avistou um lago e um vasto campo verdejante atravessando o lago descobriu que era uma região rica em pasto, com isso procurou sua irmã e outras famílias e assentou-se naquelas terras, fundando ali um povoado e trabalhando em lavouras e com a criação de gado, dentre essas famílias estava Joaquim Manoel de Jesus Picanço, que foi um dos primeiros habitantes daquela comunidade o qual denominou de SÃO ROQUE DO AMBÉ por existir grande quantidade de um cipó chamado Ambé, ficou assim conhecida a comunidade.

De acordo com documento emitido pela Divisão de Terras e Colonização do Território Federal do Amapá, comarca de Macapá datado de 28 de outubro de 1891. Foram requerer a posse das terras que hoje pertence à comunidade Ambé: Joaquim Manoel de Jesus Picanço, Estevão Gonçalves, Benedito Gonçalves Picanço, Manoel Francisco da Silva. Os três primeiros tinham posse através de herança. O último



através de título de compra. Segundo o documento o terreno localizava-se na margem direita do Rio Pedreira, município de Macapá Estado do Pará. A área do terreno abrangia duas (2) léguas de frente, duas (2) léguas de fundo. O mesmo era composto de campos, lagos, matas, ilhas baixas próprias para a criação de gado. Havia na localidade Ambé casas construídas de madeira de lei, coberta de palha, fazenda de criação de gado, curral para acomodação dos mesmos; roça de mandioca e plantações de árvores frutíferas.

Segundo relatos de dona Ana Maria: “A terra era bastante produtiva, plantava-se mandioca, café, na terra firme, e na várzea plantava-se milho, arroz, jerimum e outras leguminosas”. A dona Ana Maria, filha da Sra. Josefa uma das matriarcas da comunidade Ambé, com 94 anos de idade, conta com profunda nostalgia de um tempo que ficou somente na memória, um tempo de fartura marcado pelo modo de vida coletivo, um tempo em que a maioria das casas contava com criações de animais domésticos, plantações de mandioca, milho, arroz, feijão e café. Rebuscando antigas recordações relembra os dias felizes da vida comunitária, dos puxiruns<sup>1</sup> para execução de trabalhos no campo e da festa em comemoração ao santo padroeiro, ocorrida durante o mês de agosto.

Na formação da vila, contam os antigos moradores, as pessoas andavam muito para achar um local que oferecesse condições favoráveis para morar e sustentar a família. Quando encontravam o local favorável se estabeleciam e logo também vinham outras pessoas com o mesmo propósito, de conseguir uma boa terra para se manter. Essas pessoas que já moravam nesta localidade permitiam que essas pessoas morassem na vila. Pediam um lugar para fazer uma casa, e isso não era negado a essas pessoas, e com isso ia se aumentando o número de moradores, dando forma a comunidade do Ambé. Conforme as palavras de dona Mariana Sousa que nasceu e se criou no Ambé.

“A comunidade foi se formando aos poucos, as pessoas iam chegando e tomavam para si uma parte de terras para morar. Como Seu Cirilo, Seu Geraldo, Seu Ladico, eram todos parentes os primeiros moradores da comunidade. Chegavam às primeiras pessoas na comunidade iam chegando parente de parente pra morar na comunidade. Não tem estranho

---

<sup>1</sup> O trabalho realizado em sistema de mutirão, ou muxirum como é mais conhecido, muito utilizado no período do Brasil Colônia, consistia na execução de tarefas coletivas e também particulares, onde o contratante se obrigava a servir o almoço, feito pelas mulheres, enquanto os homens executavam o serviço braçal.

na vila, são todos conhecidos, posteriormente é que vieram outras pessoas que não tiveram a mesma relação com os moradores da vila. E algumas pessoas foram vendendo suas terras para outras pessoas, para empresários". (SOUSA, informação verbal)<sup>2</sup>

As terras eram de uso comum, cada um escolhia uma área e os outros respeitavam os espaços escolhidos por cada morador. Antigamente já havia a divisão das terras entre os moradores da comunidade, como as terras da comunidade do Ambé e de outras comunidades vizinhas, existiam limites estabelecidos e respeitados pelos moradores de todas as comunidades.

O que chamou a atenção dos fundadores da comunidade do Ambé foi sua diversidade em sua vegetação, a vila é composta por todo tipo de vegetação, lago, várzea, igarapés, rios, as matas e os campos de cerrado. Logo as terras da comunidade ofereciam possibilidades de plantar diversos produtos e esses fatores favoráveis contribuíram para a formação da Comunidade do Ambé. E até hoje essas terras são cobiçadas.

Os moradores cultivavam roças de mandioca, que eram feitas na mata, derrubavam a mata para fazer o plantio. Essas áreas eram específicas para a plantação de mandioca. Na várzea faziam o plantio de milho, arroz, jerimum, eram produtos que tinham mais facilidade de serem cultivados na várzea. Eles tinham dois tipos de roça, uma na terra firme e outra na várzea. Faziam farinha, segundo os moradores era "farinha especial", chegava até exportar para a capital Macapá, quem não tinha casa de farinha vivia da roça, da pesca, mas todos viviam bem.

Algumas mulheres trabalhavam na roça, faziam de tudo. Mas, normalmente, as mulheres colocavam de molho, descascavam, ralavam e coavam a mandioca, Para espremer no tipiti eram os homens que faziam essa tarefa. Para carregar a mandioca da roça no pano eram os homens e as mulheres ajudavam nessa tarefa.

Quanto às roças, cada um tinha a sua, usavam uma varinha para marcar o local onde iria fazer a plantação, uma varinha delimitava a área que o morador usaria para fazer o plantio, nesses locais plantava-se abacaxi e mandioca. Ficava a cargo das pessoas escolherem o local para fazer sua roça, e todos respeitavam esses limites pré-estabelecidos. Gerando um respeito recíproco entre os moradores

---

<sup>2</sup> Mariana Sousa Pereira Barros. 84 anos, entrevista concedida em 06/08/2010.

da comunidade. Os moradores exaltam a existência de uma solidariedade muito grande entre eles.

”Ninguém matava animal do outro. E quando alguém matava uma RÊS, era dividido com todos, era um presente para os moradores da vila. Se a pesca era boa, era a mesma coisa, com o açáí. Isso marcou muito a comunidade, essa divisão dos alimentos entre os moradores da comunidade. Ninguém acumulava tudo só pra uma família, até se tirasse muito leite e a vaca dos outros não tava dando leite se repartia com os moradores”. (Ana Maria, informação verbal)<sup>3</sup>

As pessoas se ajudavam na comunidade, prevalecia à coletividade sobre a individualidade, as relações entre os moradores eram muito forte, e eles valorizavam e cultivavam essas relações de solidariedade como destacamos no parágrafo abaixo.

Os membros da comunidade faziam o “puxirum” conhecido como mutirão, era quando os moradores se uniam para ajudar outra família da comunidade em um serviço grande, geralmente o mutirão era mais solicitado para fazer roças, pois demandava tempo e era muito trabalho para uma só pessoa, as roças eram feitas em locais apropriados para o desenvolvimento de certos produtos, derrubavam árvores, limpavam a área para o plantio, em seguida quando a vegetação tivesse seca, tocava fogo no mato como a última etapa para começar a plantar. O mutirão era uma forma dos moradores se ajudarem entre si.

A pessoa que era contemplada pelo mutirão, tinha a responsabilidade de oferecer o almoço para as pessoas que estavam trabalhando. Essa pessoa dias antes se preparava para conseguir os alimentos, tinha que fazer uma boa caçada, uma boa pesca, ou então sacrificar um animal que criava como porcos ou bois. Depois do dia todo trabalhando na mata os moradores voltavam para suas casas.

Logo alguns moradores como estavam trabalhando no mutirão não tinham o alimento para o jantar de sua família, mas a pessoa que sediou o mutirão dava uma ajuda para essas pessoas doando uma quantidade de alimentos para o jantar, uma atitude como essa era uma das formas de agradecimento pelo trabalho prestado. Semanas depois, em reuniões dos moradores decidiam quem seria a próxima pessoa beneficiada pelo mutirão.

---

<sup>3</sup> ANA MARIA, entrevista concedida em 07/08/2010.

### 3.2 - Organização Social

A comunidade Ambé, localizada na BR 156 km 50 MCP/Oiapoque - Ramal do Ambé Distrito do Rio Pedreira no município de Macapá está entre as 16 comunidades que se encontra em fase de regularização fundiária para reconhecimento como quilombola.

Segundo dados de projeto da (Agencia de Desenvolvimento do Amapá) ADAP, na localidade residem 49 famílias, das quais 37 estão localizadas na vila, e as demais estão próximas, totalizando 187 habitantes, incluindo adultos, crianças e idosos. Conta uma paisagem variante entre campos de várzea e cerrado ambos bastante conservados, margeados por um lago que forma o rio Pedreira. Situa-se em fronteira com a comunidade São Pedro dos Bois e, essas localidades possuem na maioria pessoas idosas que aí nasceram e cresceram.

A fim de garantir a manutenção da sua organização social, a reprodução das suas condições de trabalho e o seu modo de produção cultural, os comunitários se organizam através de uma associação (Associação dos Moradores e Produtores Remanescentes de Quilombo do Ambé) AMPREQUA, que vem requerer o reconhecimento como remanescentes das comunidades de quilombos e a garantia e permanência no território onde moram e trabalham.

As pessoas que vivem nos dias atuais no Ambé são bastante simples, suas casas, construídas próximas, são feitas de madeira, sendo apenas algumas unidades de alvenarias com reboco, todas com cobertura de telhas (amianto), as casas são distribuídas em forma de um círculo, que ao meio fica um campo de futebol, em torno das casas há várias árvores frutíferas como mangueiras, ameixeira, laranjeira, coqueiros, goiaba, banana, açáí.

Plantas medicinais são comumente cultivadas nos quintais para os mais diversos fins, como por exemplo, a pimenteira, erva cidreira, hortelã, manjeriço, pirarucu, boldo, arruda, babosa essas plantas estão envolvidas por uma cerca que tem o objetivo de protegê-las da ação dos animais.

A localidade conta uma caixa d'água implantada pela Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA), onde a água é captada de um poço artesiano que abastece somente algumas casas da vila, o restante da população utiliza água de

poço sem tratamento adequado. A comunidade possui sistema de energia 24 horas fornecida pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA).

### **3.3 - Aspecto sócio-econômico e cultura**

A economia da comunidade do Ambé é organizada por uma produção de subsistência, por meio da criação de animais (galinhas, suínos, bovinos, bubalinos, cavalos, carneiros, patos, peixes, abelhas). Alguns moradores criam os animais soltos pela área da comunidade, outros criam os animais em seus quintais que estão cercados. Animais como peixes, abelhas, carneiros são criados em “sociedade”, ou seja, um grupo de moradores comunga certa quantidade de animais e dividem os custos da alimentação até atingirem a fase adulta. É comum encontrar animais pastando pela comunidade do Ambé. Sua economia também é reforçada com os programas de bolsas do governo federal, que complementam a renda dos moradores.

A localidade do Ambé conta com uma escola estadual, denominada de JOAQUIM MANOEL JESUS PICANÇO, em homenagem a um de seus primeiros habitantes e professor daquela região.

Hoje a escola funciona do pré-escolar a 4ª série do ensino fundamental e Ensino Médio Modular. A escola possui 03 três professores da rede estadual e uma diretora que é da comunidade. O governo disponibiliza três veículos para transportar os alunos das redondezas.

A escola possui três professores da rede estadual que atende a educação infantil a 4ª série do ensino fundamental. Segundo a professora Tainã a educação infantil funciona no período da tarde e atende aproximadamente quatorze crianças da comunidade e vizinhança.



Figura 01: Escola Estadual Manoel de Jesus Picanço (foto tirada em agosto de 2010)

Pela manhã funciona de 1ª a 4ª série e atende 19 crianças. No período matutino funciona o Ensino Médio Modular que atende aproximadamente oito a nove alunos. Cada módulo vem três professores de disciplinas diferentes e ministram suas aulas por 60 dias. A comunidade oferece moradia aos professores do módulo, já os professores do ensino fundamental alugam as casas dos moradores, e para ajudar nos custos da estadia os professores pagam uma taxa de aluguel no período que ficam na comunidade. A escola não atende de 5ª a 8ª série e os alunos dessas séries estudam na escola da comunidade de São Pedro dos Bois.

A comunidade conta com dois centros comunitários, um que é utilizado geralmente como refeitório quando a comunidade realiza mutirão e serve também como cozinha para eventos realizados na comunidade. O outro é onde são feitas reuniões para discutir assuntos pertinentes ao coletivo da comunidade. Além de ser usado nos festejos na comunidade como a festa de São Roque que é o santo padroeiro da comunidade.



Figura 02: a esquerda da foto dois centros comunitários e a direita com caixa d'água posto de saúde (foto tirada em outubro de 2009)

O posto de Saúde fica na direita funciona uma vez ao mês, quando segue de ambulância uma equipe composta de um médico e dois enfermeiros, que realizam os procedimentos de atendimentos básicos aos moradores da comunidade, e também das famílias que residem em outras localidades próximas. Em casos mais graves, os doentes são conduzidos a capital. A comunidade conta com uma agente de saúde, moradora da comunidade, que dá atendimento simples, como curativos e fornece remédios básicos aos moradores.

A vila conta também com uma igreja católica e uma evangélica. Logo depois da fundação da comunidade seu Joaquim Manoel de Jesus, conseguiu construir a igreja de São Roque santo protetor daquela comunidade que é festejado no mês de agosto pelos moradores, com novena, marabaixo e arraial.

O festejo em homenagem ao santo é realizado no mês de agosto e se divide em duas etapas que é a “religiosa” e a “profana”. A festa inicia-se no dia 07 de agosto e termina dia 16 dia de São Roque. Primeiramente se realiza os festejos religiosos. A festa religiosa inicia-se com novena, a organização é feita pelos moradores onde cada família realiza novena em honra ao santo, no dia 16 é celebrada a missa com padre que vem de Macapá.

Ocorre também a procissão do santo em torno da comunidade, participando os moradores da localidade e também pessoas de outras localidades. E ainda se organiza corridas de cavalos, bingos, interagindo e solidificando os laços entre os moradores.

A festa “profana” como é conhecida acontece após a religiosa, acontecendo um arraial. Neste arraial, os moradores se reúnem onde dançam e cantam o Marabaixo, não havendo a presença do som mecânico. A comunidade conta com um grupo que dança o Marabaixo que participa de festejos que acontecem na União dos Negros do Amapá em Macapá. E no último dia acontece a festa dançante regada a bebidas e comidas no centro comunitário com aparelhagens vindo de Macapá, indo à festa até o amanhecer.

A comunidade também possui uma igreja evangélica, pois, muitos de seus moradores são adeptos da religião que tem um pastor fundador da igreja que dirige os encontros semanais de sua igreja. Porém, sobre esse assunto nossos estudos não permitem um enfoque mais aprofundado.

### **3.4 - Festa Religiosa**

Primeiramente temos que entender como o Santo São Roque se tornou o padroeiro da comunidade. O tio de dona Mariana possuía uma imagem do santo, esse tio era conhecido como Manoel Romano, que era grande devoto de São Roque. Ele realizava a festa em homenagem ao santo, mas muitas vezes não tinha condições financeiras de custear a festa. E quando a mãe de dona Mariana se casou o santo foi repassado para ela e a partir daquele momento a imagem do santo ficaria na casa da mãe de dona Mariana, como ela afirma:

“O Seu Romano, tio da minha mãe, certo dia chamou ela e suas duas irmãs, onde repassou a imagem de São Roque aos seus cuidados. Onde as três seriam as donas de São Roque e a imagem ficaria na casa de uma delas até o dia de sua festa. O velho Geraldo era parente do pai de minha mãe foi um dos que mais ajudaram na festa de São Roque, resolvia tudo no preparativo da festa, até as despesas. Como não tinha a igreja o Santo ficava na casa dos responsáveis pelo santo. Todos os filhos da mamãe nasceram junto com São Roque, na companhia de São Roque”.



Tendo outro ponto de vista da origem dos festejos do santo São Roque, seu Coutinho relata afirmando o discurso de dona Mariana:

“a festa começou primeiramente em reuniões que eram feitas no quintal do avô de Dona Mariana, hoje é onde fica uma caixa d’água que abastece a comunidade, próximo a Igreja de São Roque. Resolveram fazer o festejo, mas não tinha o templo. Apareceu um cidadão e apresentou o Santo Roque, devia ser parente do avô de dona Mariana. Aí começou, um dava pato, outro porco, boi. Daí que surgiu a festa de São Roque. Antes disso não cultuavam nem um santo. Os mais antigos foram inserindo o Marabaixo nos festejos. E depois tinha o baile dançante. Existia uma banda que tocavam clarinete, banjo fazendo a musica do baile, cantavam na garganta. Alguns colocavam a melhor roupa para ir ao baile, era para se “mostrarem”. A bebida era a cachaça, por plantarem muito gengibre faziam a gengibirra, com maracujá”. (COUTINHO, informação verbal)<sup>4</sup>

Antigamente na festa de São Roque havia toda uma preparação da comunidade principalmente das famílias que esperavam ansiosos pra chegar os dias de comemoração essa preparação iniciava no mês de maio. Dois dias antes da comemoração havia a torração do café que ia ser consumido no dias festivos onde várias mulheres da comunidade se reuniam para a torragem do café posteriormente pilavam esse café havia todo um ritual, eram três noites de festa dançante, regado pelo ritmo do Marabaixo. A torração de café era o dia todo torrando café, dias antes colhiam o café. E no dia da festa serviam o café para as pessoas presentes. E no outro dia dava-se continuação a festa, às pessoas se reuniam para cortar carne, para fazer o almoço para servir para o pessoal que estavam trabalhando. Sendo que até hoje a tradição é de dar o almoço no dia de São Roque, e o jantar no dia do Marabaixo e no dia da festa dançante é oferecer o almoço e o jantar. Antes existia uma grande mobilização de toda a comunidade, pois se reuniam para fazer todos esses rituais da festa. Dona Ana Maria relata a preparação da festa do santo:

“Para a festa de São Roque minhas tias iam pro mato cortar lenha. Nos dias 13 para 14 de agosto existia a queimação de café. Ali as mulheres ficavam, era uma confraternização entre elas, e “muleca” não podia ir para lá. Agente ouvia lá de casa as risadas delas. Era a manhã todinha no local chamado de sede, onde torravam e pilavam café para a festa, depois os donos do boi já estavam providenciando as “res” (gado) que iam morrer. Ou seja, dois dias antes da festa era a torração do café, de fato no dia 16 era a festa em si. Já no dia 17 era a lavação das panelas, onde areavam as panelas que estavam pretas. A minha avó morreu um dia depois da festa, ela tinha ido pra lá lavar panela, ela tava numa alegria toda, e contando uma historia da festa, ela foi dar uma risada e caiu para trás, tendo um ataque fulminante do

---

<sup>4</sup> Pedro Coutinho Pereira, entrevista concedida em 16/08/2010

coração. Caiu lá mesmo no meio das panelas. Elas eram muito unidas, se consideravam muito”.

As mulheres eram muito ligadas na comunidade, existia uma união forte entre elas. As funções que desempenhavam sejam nos festejos do santo, como nas atividades rotineiras do dia-a-dia sempre exerciam a solidariedade entre elas. Quando se juntavam para ir para a beira do rio para lavarem roupas nos poços da Boa Hora, do Poço Grande e também na beira do lago, onde tinham mais espaços, ou quando andavam uma longa distância para buscar água, na maioria das vezes estavam juntas, reforçando cada vez mais os laços entre elas.

Os rituais do festejo do santo aconteciam nessa cronologia no dia de São Roque rezavam uma missa, no outro dançavam o Marabaixo e no outro dia seria o baile. A comunidade fazia e faz questão de realizar o festejo na data certa que é o dia de São Roque, não importa se é segunda, terça, tem que ser na data certa, e não podia quebrar os três dias de festa ao padroeiro. Os antigos questionam como são realizados os festejos de hoje, pois a festa fica sob a responsabilidade de uma única pessoa chamada de festeiro. Mas apesar dessa nova configuração a comunidade se une para dividir as tarefas. Dona Mariana relata essa comparação:

“Antigamente eram sempre eles (os antigos) que organizavam a festa com a participação de toda a comunidade, não é como hoje que a festa fica a cargo de um morador da comunidade que é o festeiro. Agora as pessoas fazem promessas, tal ano que vem o fulano fez promessa e vai fazer a festa, e tem que passar a festa para alguém fazer. Mas mesmo assim nessa conjuntura a comunidade todinha vai ajudar nos preparativos da festa, ajudando a lavar louça, a fazer a comida. Participam das reuniões para o preparativo das festas. Toda essa tradição vem dos antigos”.

Todos esperavam a festa de São Roque, vinham pessoas da Pedreira, São Pedro dos Bois, da Casa Grande, dos lugares próximos ao Ambé. Os antigos vinham dançar o Marabaixo. Prevalece o Marabaixo na comunidade, segundo os moradores os mais antigos vinham da região do Mazagão. Importante ressaltar que os festejos do padroeiro da comunidade geravam uma grande mobilização dos moradores, pois meses antes da festa do padroeiro se percebia uma atmosfera diferente que contagiava a comunidade, como afirma dona Ana Maria:

“Quanto à festa de São Roque, no meu entendimento, quando eu era pequena a festa do santo unia as pessoas, a religiosidade era o centro para as pessoas se unirem. As famílias se preparavam muito para a festa, era

como se fosse um natal para eles, tinha que ter roupa nova. Vendia mandioca, a criação. Lembro-me que no mês de junho, julho, a minha mãe falava pro meu pai para vender os porcos, para conseguir dinheiro para comprar as roupas da família para o festejo de São Roque. Vinham aqui para Macapá para fazer as compras, se comprova os tecidos para fazer os vestidos das mulheres da família”.

Para vender a farinha e fazer compras, em Macapá, utilizavam pelo menos dois tipos de transportes. Era uma viagem demorada que faziam em lombo de cavalos ou a canoa pelo rio. Dona Mariana nos conta que no seu tempo de criança:

“Para vim para Macapá da comunidade, minha família vinha de canoa para a capital. Embarcava lá no Ambé, no Igarapé, depois passava pro rio, e do rio para a Baía, da Baía chegávamos à capital. Andávamos de acordo com a maré, a viagem demorava uns dias. Nós tínhamos parentes para ficar na casa aqui na capital. Nós vínhamos fazer compras e também para passar festa na capital como às de São Jorge, São José. Algumas vezes vinha um bucado de gente da comunidade. A canoa do papai tinha que ser grande para caber todos da família”.

Seu Coutinho descreve as viagens para a capital para trazer suas produções, principalmente à farinha para venderem, as vindas para Macapá eram feitas principalmente a cavalos, assim ele relata:

“Antigamente o transporte era a cavalo, para ir para Macapá tinham que ir a cavalo. E também iam pelo rio para Macapá em canoas, mas a viagem demorava mais, cerca de quatro a cinco dias. De cavalo duravam uns três dias, Levavam a farinha na costa de cavalo, faziam suas compras e logo voltavam”.

O Ambé foi um grande produtor de farinha antigamente, produziam grandes quantidades de sacas de farinha que eram vendidos na capital. Também trocavam a farinha por açúcar, sal, coisas necessárias para se manterem. A maioria dos moradores produzia farinha e cultivavam a mandioca em suas roças. A partir da criação do território federal do Amapá passaram a produzir em maior quantidade arroz, cacau, entre outros produtos, pois aumentou o consumo na capital.

Voltando ao contexto dos festejos de São Roque os moradores fazem questão de retirar o santo do altar da igreja somente no dia do seu festejo, para ele sair em procissão pela comunidade. Dona Ana Maria nos relata um fato ocorrido antigamente:

“Minha tia conta que numa época que a igreja estava caindo, decaindo mesmo, minha tia resolveu dá a guarda do santo na casa dela. Ela era

muito mordida, falava que São Roque não era para ta lá, porque São Roque nunca deveria sair do altar da igreja. Até que de tanto falar, ajeitaram a igreja e voltaram com o santo para o seu lugar. Ela falava que o santo não era para ta na casa dela, o lugar dele era na igreja, só deveria sair de lá no dia da procissão”.

Observamos que os moradores cultivam um grande respeito pelo santo padroeiro. Eles fazem questão de resgatar essa devoção nas novenas que antecedem o seu dia, o santo une as pessoas. São Roque é muito respeitado, segundo dona Ana Maria, antigamente observava a devoção dos cavaleiros pelo santo:

“Os cavaleiros passavam na frente da igreja, e todos eles tiravam o chapéu em respeito ao santo. Os homens com chapéu faziam questão de tirá-los quando passavam pela igreja, eram homens que cavalgavam que guiavam os bois, pessoas da comunidade. Não passava ninguém na frente da igreja sem fazer o sinal da cruz, tenho essas lembranças de criança. A religiosidade era muito forte”.

O santo padroeiro possuía muitos bens, tinha gado, porco, carneiro. Ele ganhava esses bens dos seus devotos que pagavam as promessas dando presentes ao santo. Esses seus bens eram intocáveis e os próprios moradores cuidavam e vigiavam os animais do santo até a data de seu festejo. Também São Roque ganhava o maior cacho de banana do bananal, as maiores melancias, sacos de farinha. Pois se a colheita era boa foi graças a São Roque, logo como formas de agradecimento dos moradores, davam presentes para agradecer ao santo pelo sucesso das plantações. Todos esses bens que o santo ganhava eram usufruídos no dia do seu festejo, propiciando uma bonita festa e um riquíssimo banquete.

Na comunidade conserva-se um respeito muito grande pelo próximo, reforçado pelos laços sanguíneos entre os moradores. Pois, no Ambé muitos primos casavam entre si. Mesmo que não tivessem laços sanguíneos com todas as pessoas da comunidade os moradores se consideravam parentes. Alguns moradores tinham mães de leite, ou seja, possuíam duas mães, faziam questão de visitá-las, de fazer um agrado. Uma forma de simbolizar esse respeito dos novos pelos mais velhos é quando os novos tomam benção dos mais idosos, esse ritual é comum na comunidade.

Os antigos contam que tinham certas famílias que os pais não queriam que seus filhos se cassassem. Os moradores falavam que com a família do fulano não aceitava o casamento dos seus filhos com eles, pois tal família tinha a fama de não ser boa para casamento, visto que os casamentos dos membros dessa tal família

não tinham dado certo. Existia uma resistência muito grande de algumas famílias quanto ao casamento com certas famílias. Os moradores da comunidade se relacionavam e casavam com pessoas das comunidades vizinhas como São Pedro dos Bois, Pedreira e outras comunidades, assim como pessoas de outras comunidades se casavam com as pessoas do Ambé.

Os moradores têm toda uma devoção a São Roque, que nos faz indagar se existem na comunidade religiões de matriz africana, pelas nossas observações e depoimentos coletados hoje em dia se mostra predominante a festa de cunho católico. Mas em entrevista com seu Coutinho, afirmou que quando era criança, os moradores mais antigos celebravam seus rituais afros em determinado local onde cantavam e dançavam, e era proibida a presença de crianças nesse local quando estavam celebrando os rituais. Segundo seu Coutinho não entendia o linguajar que falavam durante seus rituais que nos faz afirmar que era sua língua materna. No entanto, por poucas informações coletadas não vamos nos aprofundar discutindo essa temática, iremos continuar a descrever a festa de São Roque.

### **3.5 - A Festa do Santo Padroeiro**

Neste item queremos esclarecer que nossa intenção não é escrever uma etnografia da festa de São Roque apenas procuramos fazer uma breve descrição de alguns aspectos da festa mais importante da comunidade, que o fizemos utilizando as fotografias seguintes sacadas a mesma, em agosto de 2010.

A foto abaixo é a imagem de São Roque em sua berlinda que está toda ornamentada com as cores do santo, vermelho e azul. Os suportes da berlinda estão envolvidos por fitas vermelhas com pequenas fitas azuis que se entrelaçam com as vermelhas. Flores vermelhas envolvem os lados externos da berlinda, o lado interno é preenchido por flores azuis, brancas com pequenas flores vermelhas. A imagem de São Roque está no centro da berlinda envolvida por longas fitas de cores azuis, vermelhas, brancas, verdes e amarelas. Vale destacar que imagem de São Roque é a mesma desde quando resolveram tê-lo como padroeiro da comunidade e os

moradores cultivam toda uma devoção ao Santo Padroeiro da comunidade do Ambé.



Figura 03: Imagem do santo padroeiro São Roque (foto tirada em agosto de 2010)

Para relatar os festejos de São Roque, nos deslocamos para a comunidade no dia 16 de agosto de 2010 que é a data que se comemora o dia do padroeiro. Observamos in loco todos os rituais que envolvem a adoração ao santo, desde a festa religiosa, a dança do marabaixo e a festa dançante. Descreveremos nesse tópico esses processos da festa.

Nos dias atuais a organização da festa fica sob a responsabilidade do festeiro, que é a pessoa que fez uma promessa ao santo e como forma de agradecimento organiza os festejos. Mas também conta com a participação da associação dos moradores que tem como presidente seu Raimundo dos Prazeres Pereira, que toma conta dos bens do santo. E os moradores da localidade também ajudam na organização da festa, não fica a responsabilidade apenas para o festeiro.

Os rituais religiosos em devoção ao santo começam com a realização das novenas que são realizadas na capela do santo. As novenas ficam sob a responsabilidade das famílias do Ambé, onde cada família realiza uma novena, essas novenas ocorrem nove dias que antecedem o dia de São Roque. Como forma

de manter as tradições, os mais antigos que moram hoje na capital fazem questão de participar dos festejos, inclusive das novenas.

No dia 16 de agosto que de fato é dia de São Roque, os rituais começam a partir das seis horas da manhã com a alvorada de fogos em homenagem ao santo. Nesse dia os moradores vestem suas melhores roupas, os que moram em Macapá chegam pela manhã, pessoas que moram em outros estados vêm para prestigiar a festa, outros já estão no local desde o dia anterior, onde se mata o boi que vai servir de almoço para as pessoas, essa tradição ainda é mantida, assim o dia começa bastante agitado. As pessoas responsáveis pela preparação da comida já estão acendendo o fogão à lenha para preparar a comida.

Às sete horas todos se dirigem ao centro comunitário onde acontece o café da manhã regado a sucos, frutas, leite, bolos. Entre os participantes prevalece um clima de muita alegria, as pessoas conversam entre si, esse é um momento de reencontro dos parentes que não se viam há tempos, muitos só se encontram nessa data.

Após o café ou lanche todos se dirigem a pequena capela construída a mais de 50 anos uma das primeiras em alvenaria a ser construída em área rural, que às nove horas da manhã já se encontra com muitos fiéis ansiosos pelo início da missa, pois esse ano gerou-se uma expectativa em torno do padre que celebrou a missa já que este padre é filho de um dos moradores da comunidade.

Os moradores exaltam o orgulho de ter um filho do Ambé como padre e ainda poder celebrar a missa do padroeiro da comunidade, o padre Fabio nasceu e se criou no Ambé, saiu da comunidade para estudar, agora volta como padre formado, não é um orgulho apenas para a comunidade é também para o padre Fábio voltar ao seu local de origem.

O momento pelo qual a comunidade está passando que é o processo de transformação do Ambé em área de quilombo, esse fato está gerando conflitos com empresários que estão em terras da comunidade. Segundo os moradores esse fato contribuiu para unir a comunidade que estava dispersa e a festa de São Roque deste ano uniu ainda mais as pessoas, eles querem que a comunidade se transforme em área de quilombo e com isso poder preservar suas terras.

Os moradores enfeitaram toda a frente da capela com papéis coloridos, faixas de boas vindas, reforçaram a pintura da capela, assim como limpam todo o terreno ao seu redor. Tudo para que a capela de São Roque estivesse bela para a festa do

santo e para receber os moradores na missa em homenagem ao padroeiro da comunidade.



Figura 04: Capela de São Roque (foto tirada em agosto de 2010)

A celebração da missa gera muita emoção entre as pessoas que participam, o contexto que os moradores estão inseridos como estar na igreja juntamente as pessoas com quem cresceram, os fazem lembrar toda uma vivência que tiveram no passado. É um momento de confraternização e reencontro das pessoas, lembrando que antigamente era comum todos se verem diariamente, se encontrarem todos os domingos na igreja, agora muitos se vêm apenas no festejo do santo.

Os mais velhos da comunidade que participam da missa tem lugar de destaque na capela como é caso de dona Mariana, uma das moradoras mais antigas da comunidade. Quando as pessoas vão chegando à capela, cada representante de uma família presente assina um livro, comprovando a presença na missa de São Roque.

Um dos momentos de destaque da missa é o canto católico “paz de cristo”, todos se cumprimentam dando as mãos, mas o que mais se via eram as pessoas se abraçando forte, se emocionando com aquele ritual, propiciando uma emoção



contagante que atingia a todos. E também na hora de outros cânticos as pessoas eram levadas as lágrimas, ou seja, a missa como toda foi de muita emoção.

Ao final da missa é feita uma breve reunião com alguns líderes das famílias para discutir a festa do próximo ano, assim como marcar alguns encontros em datas estabelecidas para escolher o próximo festeiro que irá organizar o festejo do santo. E também são questionadas as ausências das pessoas nas novenas que eram realizadas em dias anteriores, mobilizando as pessoas a participarem no próximo ano, fazem também uma breve avaliação da festa.

Depois dos rituais as pessoas se dirigem até a imagem de São Roque em cima do altar, todo ornamentado. Fazem suas orações de agradecimentos as graças alcançadas, pedem proteção ao santo, fazem suas promessas. Uma das horas em que as pessoas podem ficar mais perto da imagem de São Roque podendo tocá-la e beijá-la.



Figura 05: Momento da benção do santo (foto tirada em agosto de 2010)

Depois da celebração da missa todos são convidados para se encaminharem ao centro comunitário, onde será servido o almoço a todos que estão participando

da festa do santo. As pessoas se servem, fazendo o prato a seu gosto, colocando comida necessária para satisfazer sua vontade.

O cardápio do almoço era carne cozida de gado com caldo, arroz, farinha. As pessoas que moravam na comunidade iam até ao centro comunitário com panelas para buscar comida para almoçarem em suas casas. Foram feitos mais ou menos três panelões de carne cozida para serem servido aos convidados.

No decorrer do almoço as pessoas comiam, conversavam com amigos ao lado, podíamos observar a alegria nos rostos das pessoas. Quando terminou o almoço as mulheres responsáveis em servir as pessoas foram lavar as louças e as panelas, ainda sobrou um pouco de comida nas panelas, então algumas pessoas aproveitavam levando para suas casas seja no Ambé ou em Macapá.

Depois do almoço algumas pessoas foram descansar em suas casas, outras aproveitaram a sombra das árvores ou foram para o outro centro comunitário ouvi e dançar músicas tocadas por uma caixa amplificadora. Logo depois seria realizado um leilão com prêmios doados pelos moradores.



Figura 06: Almoço coletivo no centro comunitário (foto tirada em agosto de 2010)

As quatorze horas realizou-se o leilão com vários objetos como ventiladores, perfumes, louças, roupas, que era “cantado” por uma pessoa da comunidade que

dava ao leilão um contexto de alegria, contagiados pelo clima fervoroso os participantes davam altos lances para obterem os prêmios. O dinheiro arrecadado no leilão seria todo convertido em benefício do santo nos custeios do próximo festejo de São Roque.

Logo após o leilão iniciou-se a procissão com muitos fogos e as badaladas do sino avisa a comunidade para se fazerem presentes na frente da igreja para o início da procissão da imagem de São Roque pela comunidade. Muitos fiéis chegavam com imagens de santos que tinham em suas casas para acompanhar a procissão, enfileiraram as crianças com imagens de santos nas mãos, logo atrás vinha à imagem de São Roque carregado por quatro moradores que revezam com outros no decorrer da procissão.

O santo vem todo adornado com fitas coloridas a sua volta, flores, o padre dita as orações e os cantos a serem realizados durante a procissão ao redor da comunidade e as pessoas caminham conjuntamente cantando em voz alta glorificando o santo, para reforçar os cantos e que possam ser ouvidos por todos segue ao lado um carro de som improvisado onde duas mulheres ajudam nos cânticos. A procissão pára na frente das casas de moradores que estão doentes e o padre faz uma oração pedindo que São Roque ajude essas pessoas a se recuperarem e segue a procissão pela comunidade.



Figura 07: preparação para a saída da procissão (foto tirada em agosto de 2010)

A comunidade do Ambé é organizada em um grande círculo, a capela do santo, a escola, o campo de futebol ficam localizados ao meio. Em volta ficam as casas dos moradores, logo a procissão sai da capela de São Roque fazendo esse trajeto circular pela comunidade. Todas as pessoas se fazem presente na procissão não ficando quase ninguém em suas casas.

A comunidade faz questão de manter a tradição da procissão de como era realizada pelos antigos e um desses momentos que vale destacar é a presença dos cavaleiros na procissão. Os cavaleiros são pessoas da comunidade que fazem uso dos cavalos para trabalhar, trabalham na domaçoão de cavalos e sua principal atividade é cuidar dos rebanhos de bois.

Os cavaleiros montados em seus cavalos se organizam em duas fileiras, formando um corredor ao meio, os cavaleiros vêm escoltando a procissão pela comunidade, depois de fazerem todo o trajeto os cavaleiros retornam a capela encerrando a procissão e a imagem de São Roque volta para o seu altar na capela. Ao final da procissão é feita uma oração pelo padre e se dá um grande “viva” a São Roque, ao fundo se ouvem alvoradas de fogos que avisam o final da procissão.

Depois da procissão foi realizada uma corrida de cavalos entre os cavaleiros presentes, também era uma tradição dos antigos. A corrida foi realizada no meio da comunidade um trajeto de uns trezentos metros, quem ganhava as corridas tinha direito a um prêmio doado pelos moradores. As corridas entraram pela noite, essas corridas de cavalos são consideradas uma forma de diversão dos cavaleiros, assim como para aqueles que assistem e torcem para que seus parentes consigam chegar à vitória.



Figura 08: cavaleiros acompanhando a procissão (foto tirada em agosto de 2010)

Os cavaleiros que participam tanto da procissão quanto das corridas de cavalos não são todos moradores do Ambé, são também pessoas de comunidades vizinhas que vêm participar da festividade de São Roque. O festejo do santo reforça os laços de solidariedade entre os próprios moradores do Ambé e também com outras pessoas de comunidades vizinhas.

A comunidade mantém a tradição de três dias seguidos de festejo a São Roque, no dia 16 de agosto foi realizada a missa em homenagem ao santo, mas não foi possível realizar os festejos nos três dias seguidos porque o dia do santo caiu em uma segunda-feira, logo como muitos moradores moram e trabalham na capital, os

organizadores da festa resolveram continuar as comemorações na sexta-feira e no sábado da mesma semana.

Na sexta-feira foi dada continuação a festa de São Roque, sendo contabilizado como o segundo dia de comemorações ao santo. Neste segundo dia é realizada uma festa sendo tocado principalmente o Marabaixo, a comunidade do Ambé convida outros grupos de Marabaixo de comunidades vizinhas para se apresentarem na comunidade. Vale ressaltar que o Ambé possui um grupo de Marabaixo criado para manter a tradição da dança na comunidade.

No terceiro dia de festa é realizada a festa dançante da comunidade no centro comunitário. O som mecânico que foi tocar na festa se deslocou da capital Macapá até a comunidade, tocando as músicas que embalariam os participantes até o amanhecer.

### **3.6 – Aspectos do imaginário local**

Os moradores do Ambé foram criados em meio a um misticismo muito forte, segundo eles existia “misura” (seres encantados) por todo canto, neste contexto surgiram muitas histórias de misticismo na comunidade. Dona Ana Maria nos relata a história do lago do poço:

“No lago do poço existia um olho d’água, quando estava cheio ninguém entrava. Antes de entrar no caminho do lago do poço tinha que se benzer e pedir licença para a mãe do poço. Quando se chegava lá não se podia fazer barulho, se não aparecia “misura”. Nunca se ia sozinho, tinha que ir acompanhado. Quando era para pegar água, as mulheres ficavam esperando alguém aparecer para descer com elas, quando vinha uma, todas aproveitavam e desciam juntas para coletar água”.

Dando continuidade às histórias místicas que cercam a mentalidade dos residentes do Ambé, agora quem nos relata uma dessas histórias é dona Mariana sobre a lenda do pau do remo:

“Logo na entrada da vila existe uma ilha de mata, lá tem a lenda do pau do remo. Tem uma árvore lá que é usada para fazer remo. Nessa mata que tem o pau do remo foi encantada uma moradora chamada de Maria de Nazaré. De primeiro tinha muita “misura”, nos íamos fazer lenha nesse local

e quando cortávamos a lenha com o machado, cada machadada dada na lenha seu barulho era repetido ao longe na mata e ninguém via quem era, mas também ninguém ia ver o que era, e ninguém via nada. Eu me casei e ficou esse barulho nas matas lá, mas hoje não se vê mais isso por lá”.

Continuando essas histórias de encantamento, não sabemos se trata da mesma história, mas com uma versão diferente nos é contada pelo seu Pereira, num certo local mais pra dentro da mata, segundo ele:

“Dois irmãos iam caçar, estavam a uma distância de sua casa, quando perceberam que sua irmã estava os seguindo, e mandou ela voltar pra casa, teimosa ela os seguiu de longe. Mais tarde, os dois irmãos voltaram da caçada, receberam a informação que a sua irmã estava sumida, voltaram novamente para mata para procurá-la, mas a menina tinha desaparecido, nunca mais viram a menina, e os moradores acreditam que ela foi encantada. Até hoje as pessoas da comunidade tem medo de andar perto do local onde a menina foi encantada”. (PEREIRA, informação verbal)<sup>5</sup>

Ainda sim, seu Coutinho nos relata uma história o que se deveria fazer para desencantar uma pessoa que foi encantada:

“Em certo local da comunidade foi encantada uma menina, e segundo a lenda se os pais da menina quisessem vê-la novamente tinham que ir à mata a meio-noite. Para quebrar o encanto tinha que cortar o rabo da primeira coisa que observasse pela frente, no caso desse encantamento o bicho era uma cobra, logo o pai da menina teria que cortar o rabo da cobra. Mas como o pai da menina não foi tentar desfazer o encanto, o encantamento da menina dobrou. E a menina permaneceu encantada. Assim sempre pedimos licença para entrar na mata como forma de respeito ao lugar”.

Segundo os moradores essas histórias eram boas de contar ao redor de uma fogueira fumando e tomando uma cachaça, geralmente as pessoas se encontravam depois do jantar juntavam-se ao redor da fogueira para conversar e logo vinham às histórias onde os mais antigos contavam. Nessa roda tinha várias gerações da comunidade, desde os mais antigos até aos mais novos. E dessa forma propiciavam que os mais novos tivessem contatos com as histórias místicas que rondavam o imaginário da comunidade.

Os moradores contam que antigamente quando eram jovens, depois que terminava o culto eles ficavam na frente da igreja conversando, namorando. E às vezes o silêncio na vila era interrompido, pois ouviam barulho ao longe e todos eles ficavam em alerta, e aquele barulho se aproximava cada vez mais da vila, eram os

---

<sup>5</sup> José de Sousa Pereira, entrevista concedida em 16/08/2010

bois que vinham correndo parecendo que fugiam de alguma coisa, as pessoas que estavam na frente da igreja corriam amedrontadas e se trancavam em suas casas. Das casas ouviam um caboclo laçando bois, mas não tinham coragem de olhar quem era. Esse contexto propiciava aos moradores experiências inesquecíveis, reforçando cada vez mais a ligação com o lugar em que vivem como demonstra seu Coutinho:

“Viver num local como a vila do Ambé cercado por acontecimentos místicos era muito interessante. Realizar certos rituais, como pedir licença para entrar em lugares que eram “assombrados” correndo o risco de punição se não pedisse licença era a forma de demonstrar o respeito pelo lugar. Nós temos respeito por tudo que está em volta de nós”.

Os moradores que nasceram e cresceram na comunidade têm uma identificação com esse local. A área do Ambé tem todo um significado para os residentes, como por exemplo, o igarapé pode ser lembrado como o local onde tomavam banho, ou aquela árvore x que era o local de encontro dos namorados, e também aquela mata onde foi encantado “fulano”. Os locais têm uma história, a vivência deles possibilitou construir um significado, uma simbologia com o lugar em que vivem.

Aquelas terras do Ambé propiciaram a alimentação para as antigas e novas gerações. Os mais antigos se orgulham em falar que criaram todos os seus filhos naquelas terras, todo o alimento que necessitavam para sobreviver à natureza contribuía porque as terras eram boas para o plantio, para a caça, pesca. A história do Ambé foi feita pelos seus moradores tendo como palco as terras que fazem parte da comunidade, o relacionamento com o lugar proporcionou o respeito pelo espaço de vivência, de surgir histórias místicas, o imaginário dos moradores é alimentado pelo contexto que estão inseridos.

Segundo os moradores era muito interessante viver no Ambé, mas nos dias de hoje as pessoas não dão a devida importância a comunidade. Por exemplo, os jovens completam certa idade e saem para estudar na capital, nesse novo contexto fica difícil conservar as tradições antigas. Mas existem pessoas na comunidade que se esforçam e mobilizam a comunidade para repassar às novas gerações as tradições antigas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever a história da comunidade do Ambé através de depoimentos dos moradores antigos foi de grande contribuição para entendermos a história da própria comunidade e também nos dar alicerces para contribuir com a história dos quilombos no Amapá. Pois já é fato que o Estado do Amapá tem em seu bojo grande presença de quilombolas em seu território.

As comunidades quilombolas no Amapá e em geral no Brasil estão lutando para manterem a posse de suas terras, pela demarcação e titulação. Haja vista que o modelo perverso capitalista está se infiltrando nos seus territórios, não respeitando a história construída pelos quilombolas, pois o espaço em que habitam tem todo um significado para eles.

O território dos quilombolas tem uma memória construída ao longo dos tempos, eles têm uma ligação com o lugar habitado, suas vidas estão ligadas ao contexto dessas terras. Logo para conservarem seus costumes e tradições necessitam dos seus territórios, manifestando suas resistências através do candomblé praticado nos seus territórios.

Para terem essa cultura quilombola, como por exemplo, de fazer roças, caçar, pescar, de realizar festas em homenagem aos santos padroeiros de suas comunidades, de freqüentar as festas das comunidades vizinhas, assim como receber as pessoas de outras comunidades em seus espaços solidarizando-se nesses rituais. Para que tudo isso possa ocorrer é necessário que as comunidades quilombolas permaneçam em seu território.

As pessoas dessas comunidades não vivem sozinhas, se relacionam com as comunidades vizinhas, com parentes de outras comunidades, se confraternizam em seus festejos, se solidarizam entre si. Para que sejam protegidos e respeitados os modos de criar, fazer, viver da comunidade do Ambé é preciso garantir o direito a propriedade em que vivem cujo tamanho e características permitam a sua reprodução física e cultural.

Desta forma, esses remanescentes não podem ser vistos apenas como detentores de valores culturais que necessitam ser preservados ou como variáveis passivas que devem ser protegidas. E seu território suporte da sua identidade sócio-

cultural que deve ser garantido e protegido através da titulação, pois a regularização dessa terra é um passo importante para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pois consideramos que tradicionalmente, esse grupo preserva, através das gerações, parte de nossa história.

Enfim nossa intenção nesse trabalho foi compreender os conceitos de quilombo, território e cultura e ao final fizemos um relato da festa do padroeiro do Ambé São Roque utilizando algumas fotografias para ilustrar como foi desenvolvido todo o ritual da festividade.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa Elizabeth. Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: as experiências dos colonos. In: GOMES, Flavio dos Santos. (org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVII-XIX)**. Belém, Ed, UFPA.1999. P.33-64.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. “Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito.” In: CASTRO, Edna, HEBETTE, Jean (org.). **Na trilha dos grandes projetos: Modernização e conflito na Amazônia**. Belém: UFPA, 1989. (cadernos NAEA,10), p.163-196.

\_\_\_\_\_. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. (org.) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**: Rio de Janeiro. FGV, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde. **Projeto de Educação em Saúde e Mobilização Social**. ADAP, 2009.

\_\_\_\_\_. **Projeto Abra os olhos, você é sujeito de direitos**. IMENA - Instituto de Mulheres Negras do Amapá. (org.) 2007.

\_\_\_\_\_. **Terra de Quilombo: procedimentos para regularização fundiária de território quilombola**. Instituto de Mulheres Negras do Amapá (org.), 2005.

CASTRO Edna, MARIN, Rosa Acevedo. **Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios**. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1993.

DECRETO nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003.

FERREIRA, Delson. **Manual de Sociologia**: dos clássicos á sociedade da informação. 2ª. Ed – São Paulo: Atlas, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar,1978.

GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVII-XIX)**. Belém, Editora Universitária/UFPA, 1999.

\_\_\_\_\_. Fronteiras e Mocambos: o Protesto Negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos. (org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVII-XIX)**. Belém, Ed. UFPA, 1999, p 225-318.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura** – 1ª ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

GUIMARÃES, Carlos Magno. “Mineração, Quilombo e Palmares”: Minas Gerais no Século XVIII. IN: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (org). **Liberdade por um fio**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de territórios para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton (et al.). **Territórios, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um Conceito Antropológico**. 16ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LITTLE, Paul E. (2002), “**Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade**”, *Série Antropologia*, 322. Acessado em 12/07/2010, <http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>.

MORAIS, Paulo Dias. **História do Amapá - O passado é o espelho do presente;** JM Editora Gráfica Macapá 2009.

MORAIS, Paulo Dias. ROSARIO, Ivoneide Santos do. MORAIS, Jurandir Dias. **O Amapá na mira estrangeira: dos piomórdios do lugar ao laudo suíço**. Macapá; JM Editora Gráfica, 2003.

MOURA, Clovis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 7ª Ed. São Paulo: Braziliense, 1987.

\_\_\_\_\_. Quilombos. **Resistência ao escravismo**. 3ªed. Ática: São Paulo, 1993.

O'DWYER, Eliane Cantarino. (org.) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**: Rio de Janeiro. FGV, 2002.

RAVENA, Nírvia. "Maus Vizinhos e Boas Terras": Idéias e Experiências no Povoamento do Cabo Norte – século XVIII. In: GOMES, Flávio dos Santos. (org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVII-XIX)**. Belém, Ed. UFPA, 1999, p.65-100.

REIS, João José & GOMES, Flavio dos Santos. **Liberdade por Um Fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: companhia das letras, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.